

Empréstimos para o Brasil? Somente em 88.

O País voltará ao mercado financeiro, garante Ulysses. Mas só quando tiver uma nova Constituição.

Somente em 1988 o Brasil deverá voltar ao mercado de empréstimos internacionais — do qual está afastado desde 1982 —, quando, na expectativa do presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, a nova Constituição já esteja promulgada. A inter-relação entre os dois casos existe na medida em que os credores poderão avaliar com mais tranquilidade o grau de risco nos negócios, tendo em vista o novo status constitucional do País. O diretor de dívida externa do Banco Central, Antônio de Pádua Seixas, acredita que até fins de 1987 a comunidade financeira internacional concordará em desbloquear os financiamentos em dinheiro e em bônus para o Brasil. Na prática, se confirmada esta expectativa, os empréstimos somente poderão ser liberados no ano seguinte.

Pádua Seixas entende que o acordo com o Clube de Paris (reunião informal dos governos credores do Brasil), que começa a ser negociado no próximo dia 19, devendo durar uma semana, abrirá um canal de negociação mais claro com os bancos comerciais estrangeiros, para os quais o País deve

(veja o quadro) US\$ 67,329 bilhões (o que é uma estimativa, não se considerando as variações cambiais em 1986 e 1987). Em princípio, o BC espera que as negociações com os bancos estejam concluídas até o final de março, um prazo meramente aleatório, pois na última renegociação, visando um acordo provisório para 1985 e 1986, as tratativas demoraram cerca de dez meses, somente sendo concluídas em outubro último. Agora que se está buscando uma renegociação por cinco ou seis anos, a demanda levará mais tempo, devendo ser igualmente complicada.

Para esta renegociação, o governo brasileiro fala apenas em reduzir os pagamentos de juros através da diminuição do **spread** (taxa de risco), mas correntes de economistas próximas ao governo defendem o simples refinanciamento de uma parcela dos juros vencidos, o que equivale a dizer que o Brasil — de acordo com a tese — deverá pagar um teto, e o que exceder será agregado ao principal. Trata-se de algo semelhante à decisão, unilateral, do presidente do Peru, Alan García, que vinculou o pagamento

da dívida ao desempenho das exportações. Mas Pádua Seixas, até agora, não se tem referido ao refinanciamento (ou capitalização), da mesma forma que considera a mo-

ratória defendida pelas esquerdas como "possível", mas não incluída no vocabulário do governo quando se fala em dívida externa.

Mesmo descartando a morató-

Dívida externa total por credor

Dívida externa total por credor				
em US\$ milhões				
Item	1984	1985	1986 (2)	1987 (2)
1. Bancos Comerciais e Estrangeiros	70.680	68.554	67.329	66.236
Dívida registrada	60.632	59.915	59.397	59.910
Dívida não-registrada (1)	10.048	8.639	7.932	7.326
2. Bancos brasileiros	8.280	8.270	7.742	7.432
Dívida registrada	7.479	7.640	7.432	7.029
Dívida não-registrada (1)	801	630	310	403
3. Instituições Não Bancárias	23.079	28.302	28.109	27.701
Dívida registrada	22.980	28.302	28.109	27.701
Dívida não-registrada	99	—	—	—
4. Total (1+2+3)	102.039	105.126	103.180	101.369
Dívida registrada	91.091	95.857	94.938	93.640
Dívida não-registrada	10.948	9.269	8.242	7.729

(1) A distribuição entre bancos brasileiros e bancos estrangeiros é estimada, excluindo-se os haveres.

(2) Previsão, não se considerando oscilações nas taxas cambiais em 1986 e 1987. O impacto da flutuação cambial está evidenciado no texto.

ria, Pádua Seixas considera que o desenrolar das negociações com os bancos será "complicado", apesar de já estar sacramentada a não-interferência direta do FMI (Fundo Monetário Internacional), pois os credores concordaram em que aquele organismo faça apenas uma auditoria anual na economia brasileira (na linguagem diplomática considerada apenas como "consulta"). As conclusões que o **board** do Fundo tirar dessa "consulta" serão encaminhadas reservadamente ao comitê dos bancos, enquanto perdurarem os acordos a serem assinados no futuro.

Empréstimo

Um **pool** de 25 bancos e empresas japonesas, liderado pelo Eximbank de Tóquio, comunicou oficialmente, na quarta-feira passada, à Companhia Vale do Rio Doce, sua desistência do projeto Alunorte, no Pará, destinado à produção de alumina, item básico para a produção de alumínio. O Eximbank desistiu também de participar da duplicação do capital da Albrás, que

fabrica alumínio. Após analisar a informação, o presidente da Vale, Raymundo Mascarenhas, disse a seus auxiliares que será "praticamente impossível" levar adiante o projeto Alunorte, seja isoladamente ou com novos sócios estrangeiros, devido à recessão no mercado internacional do produto.

No projeto Alunorte — que está com obras civis iniciadas — os japoneses investiram US\$ 62,7 milhões, que serão transformados em ações do projeto — e dificilmente darão qualquer retorno, segundo técnicos consultados ontem, no Rio. Além disso, empréstimos estimados em US\$ 100 milhões, concedidos pelos bancos japoneses, também deverão ser transformados em ações.

A decisão anunciada ontem representa a frustração de um dos grandes projetos nacionais, que foi ardorosamente definido, na década passada, pelo ex-presidente da Vale, Eliezer Batista. Técnicos da área de mineração comentaram ontem no Rio que, além dos baixos preços do alumínio, a situação financeira do Brasil contribuiu para o fim do projeto Alunorte.